

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Rafael Reis Conceição

**A POLÍTICA DO ÓDIO E SUAS INSTITUIÇÕES SIMBÓLICAS: UM ESTUDO SOBRE A ASCENSÃO
DA EXTREMA-DIREITA NO BRASIL E OS DESAFIOS DA RESISTÊNCIA ANTIFASCISTA**

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel (Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Prof. Dr. Luiz Antonio da Silva Peixoto.

Juiz de Fora
2019

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, Rafael Reis Conceição, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201672126A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “A política do ódio e suas instituições simbólicas: um estudo sobre a ascensão da extrema-direita no Brasil e os desafios da resistência antifascista”, desenvolvido durante o período de 12/01/2019 a 05/07/2019 sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Antonio da Silva Peixoto, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, ____ de _____ de _____.

Rafael Reis Conceição

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e assinada pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas

A POLÍTICA DO ÓDIO E SUAS INSTITUIÇÕES SIMBÓLICAS: UM ESTUDO SOBRE A ASCENSÃO DA EXTREMA-DIREITA NO BRASIL E OS DESAFIOS DA RESISTÊNCIA ANTIFASCISTA

Rafael Reis Conceição¹

RESUMO

O presente trabalho visa abarcar a totalidade do fenômeno do fascismo, em suas disposições ideológicas e estratégias de inserção, através de um resgate do processo históricos à sua conformação clássica e elencamento de seus princípios gerais, tais quais suas instituições simbólicas, que, assim, alcança penetrações a variadas realidades sociais. Nesse sentido, assenta-se, através da promulgação de valores tradicionalistas, reacionários e conservadores, o empreendimento à grave cisão social, que facilita a arqueadura de legitimação do poder da burguesia. Com essa caracterização abrangente, e por um resgate dos processos histórico-sociais de formação nacional à análise de atual conjuntura, é explanado o fenômeno de ascensão da extrema-direita no Brasil em conformidade com os princípios supracitados, embasada pela sustentação social inferida pela classe média e promovida pelos dispositivos das instituições político-sociais da burguesia nacional em aliciamento à burguesia internacional, na impulsão do golpismo à eclosão da crise política institucional do país. Por fim, formula-se uma discussão a respeito dos desafios da resistência antifascista, inferidas na proposição do anticapitalismo, em que se tornam importantes agentes históricos o sindicalismo, a educação, o conhecimento e a arte e a cultura, para a fundação de uma sociedade em que se reverbera a igualdade real, em que o fascismo, portanto, não pode prosperar.

PALAVRAS-CHAVES: Fascismo. Brasil. Resistência.

INTRODUÇÃO

A ascensão do fascismo tem demonstrado sua potencialidade e amplitude de alcance nos termos da contemporaneidade, em que reverbera-se uma política generalizada de cisão entre “nós” e “eles”, golpes de Estado e artimanhas eleitorais sujas, xenofobia e antissemitismo, instituição do ódio como força destruidora da linguagem em seu caráter comunicativo, perseguição e destituição de valor a grupos minoritários, perpetuação do ultraneoliberalismo em sua radicalização estrutural à destruição dos mínimos valores de igualdade estabelecidos - até mesmo os formais. Nessa perspectiva, o fascismo, em sua concepção clássica, perpassa por diversas transformações conceituais e pragmáticas, ao estabelecimento de um novo contexto geo-político, ontológico, de meios de comunicação e arqueadura socioeconômica, em que se evidencia novos dispositivos de dominação e autolegitimação. Para isso, é importante elucidar as características gerais que se perpetuam em circunstâncias de uma definição ampla do que seria o fascismo em seus próprios princípios, como uma tendência de extrema-direita inaugurada por Benito Mussolini, na Itália, e Adolf Hitler, na Alemanha, entre as décadas de 1920 e 1930, e que vem sendo reinterpretada sob o signo de suas instituições simbólicas, tais como o passado mítico, a propaganda, o anti-intelectualismo, a irrealidade, a hierarquia, a inversão, a ansiedade sexual, da Lei e ordem e a concepção moralista do trabalho, como demonstra o autor Jason Stanley (2018). Ainda, a política fascista é tida como uma antipolítica, em que, através do consumismo da linguagem, há a dissolução do diálogo e a predominância da violência - hermenêutica à simbólica, material e física - pelo autoritarismo radical e por mecanismos do ódio ao outro - sendo o outro, o indivíduo, a sociedade, as instituições, a cultura, o âmbito espiritual e simbólico - em que estabelece-se uma dinâmica de destruição da convivência democrática, da possibilidade de conhecimento, da existência de direitos e, em suma, a instauração da insuportabilidade à alteridade; esses processos de destruição simbólica e concreta são acobertadas, ainda, mentirosamente, pelo contraditório, como método publicitário da inversão, por palavras eticamente valorosas, tais como liberdade, bem, paz e democracia, como demonstra a filósofa Marcia Tiburi (2015).

Esses princípios caracterizam o modo de operação do fascismo, corroborados à iminência de uma ideia de “nação” como categoria de uma identidade tribal, atrelada a um cenário de definição da sociedade em conformidade com o segregacionismo, em que são escolhidos os “merecedores” da pátria, de acordo com as concepções de uma pureza étnica-religiosa, do patriarcalismo, da hétero-cis-normatividade e do respaldo, explícito, das desigualdades sociais. Com esse último item, elucidada-se o aspecto mais fundamental do fascismo,

¹ Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail: rafareic@gmail.com. Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Prof. Dr. Luiz Antônio da Silva Peixoto

em seus desdobramentos históricos: o seu financiamento e edificação através do capital financeiro e da burguesia, como modo de garantia do privilégio da propriedade privada e de seus processos de exploração de classe, em termos da adoção de um pragmatismo radical da direita à limitação da ação popular, mediante o afogamento de estruturas democráticas, mesmo que ainda formais e incondizentes com um real projeto emancipador de sociedade.

Nesses termos, insere-se a discussão acerca da ascensão do fascismo no Brasil na atualidade, através de suas perspectivas históricas de heranças do colonialismo e da escravidão e da instituição de um autoritarismo estatal à derrocada de uma democracia embrionária, então, desarticulada e manipulada. A esse arcabouço, então, implica-se a trajetória política contemporânea à escalada de figuras fascistas no domínio de sua discursividade, pelo processo generalizado de deslegitimação do campo político da esquerda na pretensão de aniquilá-lo, à ordem da burguesia nacional – aliciada à burguesia internacional - e de suas instituições tradicionais corroboradas à mídia hegemônica, figurada como o braço direito da classe dominante nos processos de mobilização social e desserviço de informação, posta irrazoável à realidade. Assim, estabelece-se um conluio antipopular da burguesia e a classe média nacional à consolidação das pautas ultraneoliberais, reacionárias e fundamentalistas, tal qual nos termos de Jessé de Souza (2017), no livro *A elite do atraso - da escravidão à Lava- Jato*, em que se elucida a configuração de classes no país e os processos políticos, sociais, culturais, midiáticos e filosóficos à constituição de um cenário que resultou no golpe de 2016 e na eleição presidencial da extrema-direita em 2018. Esses panoramas são embasados pela escassez de um aprendizado político-social, pela reverberação de teorias culturalistas, pelo problema da alteridade inaugurada na questão indígena, pelos impactos do sadomasoquismo social, pela institucionalização e naturalização do genocídio, em uma envergadura que consolida os paradigmas do mito nacional. O mito que referencia uma suposta democracia racial, uma miscigenação mistificada, um conjunto de estereótipos à comercialização da imagem do Brasil e dos corpos de suas mulheres e crianças, a definição do “homem cordial” pela emotividade do brasileiro, a ideia de uma “alegria” e “felicidade” típica dos trópicos que encontram respaldo numa presumida satisfação geral. Isso vale-se como recurso a um processo de velamento e legitimação da aterradora desigualdade social do país e da homogeneização de sua diversidade, a serviço do Grande Capital e de seus aparatos políticos.

Enfim, é necessário estimular e tornar lúcidas as iniciativas e concretudes da resistência antifascista, como eminência da luta anticapitalista. Para isso, torna-se importante entender o fascismo como dispositivo do sistema capitalista, como “carta na manga” da burguesia, em que há a radicalização dos direcionamentos políticos a seus interesses de concentração de renda. Assim, a perspectiva de um monopólio dos valores democráticos pelo capitalismo, em sua monocultura de pensamento, demonstra-se como uma das mais válidas artimanhas da ideologia dominante, em seu acervo de discurso. Pensar uma nova democracia, nos termos do socialismo, pela abolição da propriedade privada, torna-se primordial para a concepção de uma sociedade em que não predomine o desigual e, portanto, não haja abertura para a assimetria da participação política, do estabelecimento de relações sociais, de práticas culturais e condições materiais de vida - onde não há, portanto, terreno fértil para o fascismo, na própria dissolução do seu princípio básico de reforço das cisões sociais. Para edificar esse cenário, entretanto, perpassam-se desafios à luta emancipatória, como o fenômeno pós-moderno da política de identidades, em que insere-se a desunidade em torno das pautas de combate às opressões pela pura afirmação de princípios particulares, como demonstra Ellen Wood (2011) em *Democracia contra o capitalismo - a renovação do materialismo histórico*. Torna-se elucidativo, logo, entender o caráter totalizador do capitalismo como sistema opressor, as contradições de suas estruturas e a importância da luta de classes como eixo que abarca o alicerce contrário às formas de exploração, em essência, organizadas no seio da sociedade. Para tal, evidencia-se a necessidade da organização política das massas em torno da solidariedade de classe, de um projeto real de educação para a população como processo de esclarecimento e não disciplina, da arte como atividade de reflexão da autoconsciência humana em valor crítico, do diálogo como método político e filosófico - constituindo-se, então, a propensa superação dos ímpetos fascistas.

1. O fascismo, suas perspectivas históricas e princípios gerais

Para uma análise do conceito de fascismo, torna-se necessário elucidar seus processos históricos de configuração, em importantes contribuições de Leandro Konder (2009), em seu livro *Introdução ao Fascismo*. Nesses termos, observa-se a insurgência de uma nova tendência e concepção política de direita, no contexto do pós Primeira Guerra Mundial, com a ascensão de lideranças de massas. O fascismo, em suas concepções clássicas, adensa-se como definição de um pragmatismo radical e da adoção de uma rarefação teórica, que insere-se como resposta a um processo em que a direita - entendida aqui como campo político que,

ideologicamente, adota princípios conservadores como meio de sustentação de um sistema socioeconômico que propicia privilégios na defesa da propriedade privada e, em extensão, constituída de forças não solidárias, as quais unem-se apenas com o propósito de um inimigo em comum - encontrava-se em contradição inerente à sua teorização e à prática, enquanto seus ideólogos buscavam universalidades teóricas que não correspondiam à prática política das suas organizações e lideranças, em seus particularismos e manobras para manutenção do lucro.

Assim, através de um longo processo de desmoralização da esquerda, destruição das possibilidades antifascistas e deslocamentos à direita, o fascismo emerge, inicialmente, na Itália, pela liderança política de Benito Mussolini, que abandona o Partido Socialista Italiano, ao qual era filiado, e funda seu próprio jornal *Popolo d'Italia*, em que manifesta os principais ideais à constituição do *fasci di combattimento*. Originalmente, os *fascios* designavam a união de grupos sociais em torno de interesses comuns, como eram notórios coletivos de camponeses liderados por ideias socialistas que buscavam melhores condições de contratos trabalhistas. Em antagonismo, o *fascio di combattimento*, como inaugurador do termo fascismo, definia-se como um coletivo que cultuava um "patriotismo" radical, verberado pela união contra um inimigo comum a ser rechaçado - representado por aqueles que não estavam incluídos em seu projeto político, tais como estrangeiros e socialistas - e era orientado por uma violência calculada e estratégica; para essa edificação, o *Duce* explorou a crise econômica e os altos índices de desemprego e inflação entre os italianos no pós-guerra, o anti-socialismo em que acusava os socialistas de pretensão movimento antinacionalista, o medo generalizado da pequena-burguesia de passar por um processo de proletarização e as frustrações e dificuldades de inserção de ex-combatentes na sociedade, assim como as frustrações gerais advindos da derrota na Primeira Guerra Mundial, em um sentimento de baixo autoestima nacional. Ainda, contava com o apoio da Confederação Geral da Indústria, da Associação dos Bancos e da Confederação da Agricultura, em que vale sublinhar o aparato inferido pela burguesia ao movimento fascista, em gênese, para sua viabilidade e ampliação. As repercussões desse movimento, assim como a fundação do Partido Nacional Fascista (PNF), encontraram expressão máxima no ano de 1922, em que ocorreu a "Marcha sobre Roma", uma grande manifestação do fascismo, com característica de golpe de estado; mais tarde, o então primeiro ministro renuncia de seu cargo e o rei Vitor Manuel III convida Mussolini ao comando de um novo governo e, ao assumir o poder, constrói sua perspectiva de poderes absolutos.

Na Alemanha, o movimento fascista surge, em 1919, na fundação do partido nazista, que ficou conhecido como Partido Operário Alemão Nacional-Socialista, de onde advém o termo *nazi*, como compilação de *national-sozialistische*, em alemão. Adolf Hitler participou das primeiras reuniões do partido, inicialmente como espião militar e, mais tarde, desligou-se das Forças Armadas e filiou-se na organização, na qual, após passar por dirigente de propaganda, assumiu sua liderança, em 1921. Nos primeiros anos, com pautas relativamente difusas, o partido vai assumindo uma postura à extrema-direita, em que havia a acepção da teoria da conspiração, difundida nos meios direitistas, de que a derrota do exército alemão na Primeira Guerra seria oriunda de uma traição dos "judeus apátridas", que teriam manipulado escusamente a "alta finança ocidental" e custeado "agitadores comunistas" à "desordem" interna do país pelas revoltas do meio operário, em claras demonstrações chauvinistas, anticomunistas e antisemitas irracionistas. Em 1923, Hitler trama um golpe de Estado, fascinado pelo exemplo dos fascistas italianos, que resultou em uma grande derrota e em sua prisão de seis meses. Após esse período, a burguesia alemã começou a apresentar profunda simpatia pela instauração do governo de Mussolini, que, em suas palavras, tinha acabado com o movimento operário e com as greves e coordenado um exitoso desenvolvimento econômico; é nesse contexto, que Hitler apresentou as diretrizes de seu programa de governo ao capital financeiro, e recebeu amplo suporte de industriais e banqueiros, *vinculação devidamente comprovada, mais tarde, por depoimentos e documentos do Tribunal Militar de Nuremberg². Nesse contexto, após a convulsão social gerada pela crise de desemprego e inflação na Alemanha alimentada pela quebra da bolsa de valores de Nova York, desencadeou-se um alinhamento ao autoritarismo direitista da coalizão governamental, em que o então presidente Hindenburg passa a governar por decretos de emergência, e em 1933, nomeia Adolf Hitler como chanceler do país, mesmo diante consideráveis derrotas do partido nazista nas eleições parlamentares; ele só sairia após a Segunda Guerra Mundial.

Nesse sentido, com o aparato do poder político, instaura-se o movimento fascista em pleno processo de internacionalização, pelo artífice do partido único na instituição de seus comandos, em que expressava-se um

² O Tribunal Militar de Nuremberg foi instaurado pela cooperação dos Aliados, vitoriosos da Segunda Guerra Mundial, como forma de julgar os crimes cometidos à humanidade por lideranças nazistas.

abarcamento da condução das massas através da instrumentalização da verdade e utilitarismo de ideias à criação de realidades propositais aos seus interesses de coerção; por um nacionalismo verticalizado, como dispositivo artificial de sanar a necessidade da coletividade, escondido em seu vazio conceitual, que implicava a existência de um inimigo externo e o suposto compatriotismo da burguesia e do proletariado; pela propaganda em massa como consumo dirigido de mensagens enérgicas e de agitação, que escondia seu caráter conservador na aparência modernizadora das novas técnicas de informação; pela sua legitimação através da sustentação de base inferida pela pequena-burguesia, guiada pelo positivismo das classes dominantes; pelo ataque ao materialismo histórico e manipulação de seus princípios (como o da luta de classe, inserido num contexto de nação vs. antinação) e reativação de convicções idealistas; pela atomização da população – através do dismantelamento dos laços mútuos - e de seu comando através das emoções; pelo cumprimento, enfim, com o Grande Capital que utilizou o fascismo como um instrumento de práticas fomentadoras de monopólios, o qual uma burguesia insuficientemente forte não poderia fazer por si mesma e por, naturalmente, nunca ter apreciado os direitos civis, os sindicatos e a liberdade de expressão, como pontua Franz Neumann³. Em síntese, o fascismo, em suas definições clássicas, é primordialmente conceituado:

[...] o fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara “modernizadora”, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário. Seu crescimento num país pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhes a influência junto às massas); e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas de consumo dirigido, bem como a existência nele de um certo nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isso é, a existência do capital financeiro.

(KONDER, 2009, p. 53)

Ainda, após a queda do fascismo do século XX, na Europa, no contexto da Guerra Fria, disseminou-se interpretações liberais acerca do fenômeno, como garantia dos países capitalistas de instituir e propagar o anticomunismo. Nesse sentido, edificou-se as teorias do totalitarismo, que tinham o viés de igualar Hitler e Stalin, o comunismo e o fascismo, como regimes de mesma espécie, em que perpassa a tese dos excessos políticos (o que é problemático, nos termos de Fritz Haug⁴, pois haveria então a possibilidade de um fascismo moderado?) além da desvalorização dos ímpetus “revolucionários”, tais quais sua real problemática, em que pontua-se as teorias antipopulares e antimarxistas à defesa da contenção de impulsos vindo “de baixo” como constituidores de governos totalitários; foram usadas como forma de inocentar o capitalismo pelo ocorrido nos países em que solidificaram-se governos fascistas, o que é muito caro ao legado de Hitler e Mussolini, que buscavam demonstrar o “primado da política sobre o econômico”, afirmação indicativa da tentativa de disfarce do conteúdo de classe na política. Essas teorias e acusações, ainda, se demonstram contraditórias na defesa do suposto capitalismo liberal, enquanto países como os EUA e a França empreendiam violentos conflitos e massacres neocolonialistas (como aos povos argeliano e latino-americanos) e mantinham estreitas relações diplomáticas com países sobreviventes do fascismo clássico, como a Espanha de Franco - no acordo articulado pelos EUA a corromper o bloqueio da ONU ao governo espanhol, em troca de bases militares em seu território - e Portugal de Salazar - com o ingresso desse país na OTAN⁵ e seu beneficiamento pelo Plano Marshall⁶. Aliada a essas estratégias, ocorreu, ainda, a penetração de biografias de Hitler e Mussolini que buscavam individualizar a complexidade factual sucedida; adota-se, então, uma versão idealista da História, centrada nos aspectos pessoais dos líderes fascistas à sua execução e desvencilha-se de uma abordagem materialista e concreta dos

³ NEUMANN, 1963 apud KONDER, 2009, p.99

⁴ HAUG, 1967 apud KONDER, 2009, p.128

⁵ A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) configura-se em uma aliança militar intergovernamental de países ocidentais capitalistas da América do Norte e Europa, criada em 1945, com os fins de conter o avanço do bloco socialista no continente europeu.

⁶ O Plano Marshall foi um programa econômico do governo dos EUA, que vigorou entre os anos de 1947 e 1951, com propósito de recuperação dos países europeus ocidentais destruídos pela Segunda Guerra.

acontecimentos históricos, em que esses indivíduos devem ser entendidos, como aborda Horkheimer⁷, tais quais criações projetadas por uma propaganda mistificadora em suas funções sociais. Esses artifícios colaboram para a desresponsabilização e ocultação do capital financeiro no processo de emparelhamento das organizações políticas à consolidação dos regimes fascistas. Em corroboração a essa associação, enfim, ressalta-se que no pós Segunda Guerra, o fascismo tornou-se germe à concretude nos países capitalistas, estendendo-se à atualidade, enquanto que, nos países socialistas, foi exterminado e solapado qualquer indício de sua manifestação.

Através dessas perspectivas históricas, de suas repercussões e pelas considerações do filósofo Jason Stanley (2018), em *Como funciona o fascismo*, torna-se necessário elucidar o fenômeno do fascismo, à contemporaneidade aliada às heranças clássicas, em sua plasticidade e adaptabilidade às realidades propositais à sua expansão, em que se insere seus princípios gerais e estratégias de inserção social; isso é tido como forma de perpetuação do dispositivo radical da ideologia dominante, em caráter de conservação da sociedade no impedimento de transformações estruturais, em que reverbera a segregação de conjuntos sociais à constituição de uma nação “verdadeira”, pelo alijamento disfarçado de valores democráticos e inclusão social, que são obstáculos à legitimação dos interesses da burguesia em seu encetamento de classe. Para a realização desse propósito, deve-se entender o nacionalismo, aqui referido, não como um movimento horizontal pela valorização nacional à soberania popular, tal como observado nas lutas anticolonialistas, mas como um projeto fascista arquitetado verticalmente, através da dicotomia entre bem e mal, produtora de uma identidade tribal e de preceitos à divergência social; insere-se nessa “nação” os indivíduos que absorvem seus valores propositais ao conservadorismo e que estão inerentes em padrões pré-definidos pelo tradicionalismo, e que são movidos pela constante rejeição e propensão ao extermínio daqueles que não compartilham desses atributos, como controle social e contenção de suposto perigo. É nesse processo que surge a cisão entre “nós” e “eles”, o eixo central para a constituição do fascismo, tal qual mecanismo de apartação como meio de dominação. Para isso, institui-se, inicialmente, a construção da ideia de um glorioso passado mítico nacional - sendo o mito entendido aqui como fabricação de “verdade”, “essência” e de algo “natural” atribuídos a interesses ideológicos de definição da realidade, como dispositivo de uma teoria ilusória que fomenta o acobertamento do real em suas amplitudes e complexidades - de uma pureza étnica e religiosa e pelo abandono de erros históricos, como narrativa de tradições implicadas em alta valorização, através do deslocamento dos fatos produzidos historicamente em distorção, em que evoca-se as emoções nostálgicas da população; possui os fins de reforçar a hierarquia social e o autoritarismo do líder político, tido como “pai da nação”, no resgate da lógica das estruturas de dominação e submissão impostas pela figura patriarcal nas famílias burguesas, como bem observou Horkheimer⁸. Isso reflete-se na coordenação do reacionarismo como método de estabelecer os ideários de opressão que fundam a sociedade.

Ademais, a propaganda fascista, como princípio primordial de sua política, alicerça-se através da distorção de valores, em caráter manipulatório, pela utilização de ideais amplamente aceitos e valorizados, tais quais a liberdade, o mérito, a democracia e o combate à corrupção, como suas propostas programáticas, tidas à maneira de ocultação e acobertamento de seus reais objetivos, através de respostas fáceis ao senso comum, de lemas ufanistas e simplórios e de supostas soluções pragmáticas infundadas em termos éticos. Esse processo ocorre pela manipulação dos afetos, em seu sentido de aprendizado social, através do fomento do mecanismo do ódio - tendo como base o utilitarismo e o consumismo da linguagem, ou seja, a aceitação de ideias e pensamentos pela facilidade de obtenção, o que gera um vazio coletivizado anti-criativo à prática da reflexividade crítica e analítica - que é instituído verticalmente por lideranças políticas, pelos meios de comunicação e seus financiadores, e que se propaga horizontalmente entre as massas, através da agressividade, da exploração do sentimento de medo ao diferente e de ressentimentos sociais, direcionados à autorrealização através da violência e à destruição da comunicação entre os agentes sociais (TIBURI, 2015). Para tal, em seu princípio do anti-intelectualismo, o fascismo busca destruir o discurso público através de seu ataque à educação, às universidades, à ciência, à especialização e à linguagem, como modo de reduzir a pluralidade do conhecimento - pela anulação do outro e da incidência da diferença e do contraditório - respectivamente, à sua produção e os meios de retratar a realidade, restando apenas a identidade tribal. Diferentemente de uma política democrática real, o fascismo vislumbra a destruição das possibilidades de debate aberto razoável, ao encontro da centralização do pensamento e ação desarticulados de deliberação, a qual se mina a racionalidade das manifestações discursivas e fomenta-se a ausência de seu conteúdo; no viés

⁷ HORKHEIMER, 2003 apud KONDER, 2009, p. 124

⁸ HORKHEIMER, 1936 apud KONDER, 2009, p. 145

da concepção de uma educação inserida na lógica da obediência, da assimilação de hierarquia e tradições e de teorias anticientíficas e a-históricas, à formação de anticidadãos e neofundamentalistas, como indivíduos destituídos de cognição à diferença e que têm a ignorância como única verdade possível. Como exemplo desse movimento anti-intelectualista, observa-se a perseguição coordenada pela extrema-direita às universidades e às escolas em seu direito de livre expressão, por um suposto combate ao “marxismo cultural”, à “ideologia de gênero” e à “doutrinação marxista” com a premissa da vitimização da direita nos espaços de ensino, ilustrada pelo trâmite do projeto “Escola sem Partido”, no Congresso Nacional, que objetiva censurar o direito à opinião e a docência dos educadores brasileiros. Nessa tendência, o fascismo utiliza-se do princípio da irrealidade, em que institui-se a destruição do espaço das informações constituintes da realidade, por mentiras óbvias que, em repetitividade, são reconhecidas como veracidade, através do favorecimento de um discurso único não dialógico, como tática de manipulação das massas à sua coação; isso é fomentado através das teorias da conspiração, que edificam-se pela deslegitimação e ataque a grupos específicos e inimigos políticos em sua dignidade, ao associá-los a atos problemáticos, na instituição de uma desconfiança geral e paranoia social.

Além disso, a política fascista, no princípio da hierarquia, implica a estratificação social como fenômeno da natureza, no respaldo de defesa da superioridade de determinados segmentos “dominadores”, como forma de predação social e perpetuação de desigualdades pela retenção do poder estabelecido, através da negação e alijamento de grupos excluídos, que são culpabilizados pelos lugares sociais que ocupam, inferidos nas questões de classe, de imigração, étnicas, raciais, de gênero e sexualidade. Isso é sustentado pelo predomínio de teses fomentadoras da noção de meritocracia e pertencimento a uma suposta nação legítima, pelo amplo ataque às mínimas conjecturas da igualdade liberal, que são colocadas como aberrações à ordem natural, e pelo proveito da apreensão daqueles que encabeçam a hierarquia social sobre uma possível perda de privilégios, com a conquista de poder dos grupos historicamente abastados. Assim, institui-se os pressupostos fascistas de impedimento da ascensão das classes populares, pelo designio antirrevolucionário conformado à exploração de classe, e como dispositivo da pequena-burguesia de garantia de seu status social; da dita “proliferação” da homossexualidade e transexualidade como “degenerações” e “doenças”; da permanência de imigrantes por serem supostos “estupradores” e deterioradores da cultura tradicional; da igualdade de gênero que fere a “virtuosa” sociedade patriarcal e seus papéis sociais estabelecidos, assim como, a defesa do embranquecimento da população, em que insere-se o ressurgimento e penetração da “ciência racial”, no discurso dominante, pela aplicação de justificativas biologicistas às dinâmicas de desigualdade étnico-racial, como indica Gavin Evans⁹. Aplica-se a esses fins, então, nos termos de Marcia Tiburi (2015), a violência hermenêutica, como mecanismo de negatização dos atributos do outro, pela premissa de determinação de um objeto pelo viés de verdade absoluta do dominante, ao intento de extermínio do diverso, como expressão da violência simbólica em relação consequencial à violência concreta. Ainda, a exemplo dos impactos dessa lógica hierarquizante, a prática generalizada do assédio moral e sexual, nas sociedades contemporâneas, estabelece-se através da objetificação das pessoas assediadas, como merecedoras e culpadas de tal litígio, sustentado por relações desproporcionais de poder pela premissa de que uns seriam “donos” dos outros - princípio que encontra sua radicalização na autorização ao estupro, por uma tirania machista e misógina, em impetuosidade, na violência contra a mulher.

Para a legitimação desse processo, o fascismo utiliza-se do princípio da inversão, configurado pela distorção da lógica das estruturas histórico-sociais de dominação, pela deturpação da configuração de igualdade à realidade constituinte, em que o enfrentamento à conquista das justiça sociais é tida como aparato de “regalias” e “privilégios” de grupos minoritários, em amplo ataque às ações afirmativas - como as cotas raciais nas universidades brasileiras e programas de distribuição de renda, como o Bolsa Família - aos movimentos sociais e ao debate público, no qual ocorre a culpabilização da vítima e a vitimização do culpado. Nessa perspectiva, a banalização da posição do oprimido, a troca de lugares e discursos de opressão configura aberrações de ideias representativas desse processo, tais quais a “hetero-cis-fobia”, assentada sobre uma suposta intolerância da comunidade LGBT à heterossexuais e cisgêneros, a “cristofobia”, tida como perseguição aos valores cristãos, o “racismo reverso”, que reduz o racismo a idiosincrasia e a ofensas e não à suas implicações históricas e sociais do privilégio branco, inseridas na perspectiva estendida da escravidão, como processo de domínio e alijamento da população negra, e a demonização do conceito de “gênero”, tão necessário sendo instrumento de educação social, utilizado como forma de sustentação da abjeção à cultura LGBT e a outorga da violência sexista - em que insere-se o princípio fascista da ansiedade sexual, ou seja, a exploração do medo de rompimento da estrutura familiar patriarcal tradicional, como ameaça da lógica masculinista ao

⁹ EVANS, 2018 apud STANLEY, 2018, p. 88

controle de mulheres e crianças, sobre a premissa de “intimidação” à segurança de suas posições sociais, pela igualdade de gênero e pela expressividade e identidade não-normativas de gênero e sexualidade. Essas estruturas são dimensionadas, ainda, pelo princípio da Lei e Ordem, que infere na normatização da sociedade em respaldo neopositivista, pela acusação dos não pertencentes do projeto da “nação” fascista como criminosos e transgressores de ditames, pautada pelo simples indício de suas existências - introduzidas no recurso da exclusão social e reforço de estereótipos - e não por um arcabouço factual, em um processo de diminuição de seus caracteres morais e aniquilamento de seus direitos; um exemplo disso é o encarceramento em massa de negros norte-americanos como política de Estado, a partir de 1968, pelo governo Nixon, sob a plataforma de “lei e ordem”; essas políticas foram embasadas por teses pseudocientíficas que justificam o encarceramento racializado pela categorização de jovens negros como “superpredadores”, ou seja, indivíduos naturalmente agressivos e propensos a ações violentas e à criminalidade; isso é reverberado, em similar lógica, na política pública de extermínio da população negra periférica brasileira, com o amparo do racismo institucionalizado militarmente pela polícia, em que a cada 100 homicídios no país, 71 são de pessoas afrodescendentes¹⁰. Por fim, em prolongamento ao antagonismo entre “cumpridores da lei” e “criminosos”, reverbera-se o princípio fascista moralista do trabalho pela dicotomia entre “trabalho duro” e “preguiça”, através de forte valorização da autossuficiência individual, inerente à defesa do darwinismo social corroborado ao ultraliberalismo nas categorias do mercado como radical competição por recursos, em que há o predomínio dos mais “fortes” sobre os mais “fracos”; isso acorda com a configuração de um processo naturalizado de implicação de valor e de mistificação acerca das dinâmicas sociais de concentração de renda e exploração de classe, assim como, a atribuição de uma meritocracia sacrossanta, que responsabiliza individualmente as estruturas da desigualdade social.

2. A ascensão do fascismo no Brasil e os desafios da resistência

Inicialmente, para a assimilação da ascensão do fascismo na contemporaneidade brasileira, é necessário envolver as perspectivas históricas de formação social nacional, seus atributos filosóficos e seus dispositivos constituidores do aterrador não reconhecimento da alteridade à edificação de graves desigualdades sociais. Para isso, como demonstra Marcia Tiburi (2015), a questão do outro, em termo filosóficos, é antiga, na tradição que deriva de marcos platonianos, em que o outro (*heteron*) é um princípio do ser. Para Adorno¹¹, se coloca a questão opositiva entre transcendental (sujeito portador de alma; o “homem singular vivente”; o *homo oeconomicus*) e empírico (objeto; indivíduo desprovido de alma), pela qual as relações estabelecidas se instauram através da aplicação do discurso da transcendência como forma de dominação pela submissão, em que o sujeito empírico é estabelecido previamente pelo dominante - há o apontamento, portanto, da necessidade de um enfrentamento crítico à constituição do que seria transcendental pelos seus próprios objetos. Em Todorov¹², há a demonstração, à semelhança dessas definições, da interação dos colonos, na figura de Colombo, com os nativos, em que ocorre um assentamento de um sistema de crenças pré-estabelecidas - de caráter socioculturais, como a moral e religião, percepção de classe e desejos e interesses, ocultos ou não - e de uma interpretação previamente adquirida em que a verdade em si, no contato com a diferença, não é determinada, mas repercute um jogo antiético de linguagem através da imposição de discursos ao fomento de uma comunicação violenta - em que há a proeminência histórica da perspectiva eurocêntrica. Tiburi atribui a esse processo o *princípio da identidade* como base da política anti-indigenista em larga temporalidade, pela dicotomia entre “mesmo” e “outro”, no qual dissipa-se as possibilidades de ponderações acerca da autoconsciência do outro e da validade de uma relação dialógica, em que esses métodos ocorrem no âmbito de uma destituição de direitos ao outro e, em sua sua radicalização, no espírito genocida.

Ainda, nos termos de Jessé de Souza (2017), o processo de formação nacional, tais como seus aspectos sócio-políticos e culturais, insere-se na perspectiva do colonialismo, pela estrutura freyriana da Casa-grande e Senzala como metonímia social, em que se observa o mandonismo e privatismo, retroalimentados pela Coroa Portuguesa, na constituição dos senhores de engenho como hiperindivíduos. Dessa forma, a ausência de instituições intermediárias limitadoras do poder, através do princípio da *hybris*, ou seja, o excesso em antítese à noção de autolimitação, e da casa-grande como autarquia do *paterfamilias* projetam uma estrutura de dominação ilimitada em que a vontade do senhor do engenho é soberana e organizadora da vida coletiva. Isso reflete-se no sadomasoquismo social, assim como a reverberação de impulsos primários categorizados na

¹⁰ Fontes do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em Atlas da Violência 2017.

¹¹ ADORNO, 1995 apud TIBURI, 2015, p. 182 - 183

¹² TODOROV, 2003 apud TIBURI, 2015, p. 184 - 185

crueldade e na violência irrestrita aos conjuntos sociais que orbitavam em torno da figura patriarcal, e fundamentalmente aos negros escravizados. Esse senso de sociabilidade, ou sua inexistência, repercute, em amplitude histórica nacional, numa ausência de aprendizado social, processo que está inserido na transição da alta para baixa Idade Média na Europa, como apontado pelo sociólogo Nobeit Elias¹³, em que adota-se, coletivamente, uma economia emocional, isto é, internaliza-se psicossocialmente uma disciplina e empatia em relação ao sofrimento e humilhação alheios relacional à constituição da cidadania. Esse caráter desdobra-se, ainda, na urbanização do Brasil, através da dicotomia, também metonímica, entre Sobrados e Mucambos - que intitula a obra analisada, de Gilberto Freyre¹⁴ - como legitimação da dominação social e naturalização de suas divisões através da oposição dos bacharéis dos sobrados a tudo que advém da rua, consolidando a permanência do ódio atinente ao sadomasoquismo supracitado em novas disposições; nesse período, destaca-se, ainda, a gênese da classe média através da aquisição, por parte dos mestiços produtos da casa-grande, de atributos europeizantes - como a revalorização pelo individualismo burguês, formação cristã e domínio das letras - e capital cultural ao desenvolvimento de habilidades individuais - nos campos do trabalho mecânico (rejeitado pelos brancos), da administração pública e até mesmo das artes. Enquanto isso, os postos de trabalhos manuais são ocupados por imigrantes europeus que possuíam certa qualificação prévia, enquanto os escravos libertos sem direitos e demais mestiços - denominada "ralé brasileira" - são abandonados à escória proletária, ao ócio dissimulado ou à criminalidade, como forma de garantir a condição de "homens livres". A dominação pós-escravagista estabelece, então, pelo medo da rebelião, os primeiros mecanismos de criminalização do comportamento e meios de organização da negritude, imputada como "inimiga da ordem", com o artifício do policiamento tal qual continuação da escravidão na tortura física e psíquica cotidiana - reforçada pela perspectiva simbólica de destituição de "espírito" desses grupos sociais, inconformados no modelo dominante da cultura europeia.

Nesses termos, encontram-se as raízes da formação da estrutura de classes brasileira, à naturalização da aterradora desigualdade social, à rejeição da alteridade, à banalização do extermínio, à configuração do proselitismo violento elitista, em sintonia à inauguração das questões indígena, escravocrata e colonialista e que encontra, nos desdobramentos históricos à modernidade, a envergadura do ultraliberalismo conservador homologado pelos aparatos ideológicos e sistemáticos da burguesia à condução da classe média, como sustentadora dos processos de legitimação de sua vida social em sintonia à objeção classista à instauração dos ímpetos fascistas, em emergência. Assim, essa condução é orientada através de uma relação de ódio, desprezo e alijamento dessa classe, pela sua outorga simbólica - como meio de distinção social à uma suposta superioridade - e material e pragmática - como meio de exploração a preço vil, à chamada "ralé de novos escravos", ou seja, a classe superexplorada de negros e pardos abarcados pela extensão da escravidão, no seu processo de abandono, desumanização, humilhação e total privação de meios efetivos em alvejar as mínimas condições de inserção social - estabelece-se, ainda, nessa relação, a autorização aos sacrifícios, como referido por Todorov¹⁵, tal qual um "sacrifício" em nome da "ordem", através da mortandade, inserido na lógica do autoritarismo genocida. Para a sustentação desse movimento, assim como princípio do fascismo, a classe média brasileira utiliza-se de retumbantes valores de prestígio, tais como a "decência", a "liberdade", o "mérito" e a "integridade", à consagração de suas condutas de classe e comportamentos ideologicamente engendrados, que inserem-se, assim, numa perspectiva de "interesse geral", através do dispositivo da soberania virtual, assim sendo, o aspecto popular ilusório inferido pela pequena-burguesia nos movimentos de rua condescendentes à proeminência da extrema-direita. Nesses termos, o "caráter pequeno-burguês" caracteriza a base de sustentação do fascismo, assim como observa Martin Lipset¹⁶, em sua teorização da "comunidade de falidos", tal como os frustrados, incultos, estúpidos e autoritários. Isso é legitimado por uma esfera pública colonizada pelo capital que transfigura a visão mesocrática - instrumentalizada aos interesses burgueses - como realidade geral do país, pelos produtos culturais, noções meritocráticas e moralismo atinente à pseudo-ética, reverberados pelos aparatos dos meios midiáticos hegemônicos como "fábricas de consensos", em que se suprime a pluralidade de informações - através da imbecilização da cognição social - à distorção da realidade, por um processo "refeudalizador" e prejudicial, nos termos de Habermas¹⁷, ao que seria a "modernidade efetiva" na constituição do "juízo autônomo" ao aprendizado coletivo; ainda, sustentado pelo método inerente ao capitalismo global,

¹³ ELIAS, 1976 apud SOUZA, 2017, p. 46 - 47

¹⁴ FREYRE, 1990 apud SOUZA, 2017, p. 57 - 72

¹⁵ TODOROV, 2003 apud TIBURI, 2015, p. 160

¹⁶ LIPSET, 1959 apud KONDER, 2009, p. 134

¹⁷ HABERMAS, 1975 apud SOUZA, 2017, p. 215

conforme Adorno e Horkheimer¹⁸, da maximização do lucro na promoção organizada de produtos simbólicos, em caráter ideológico dominante. Assim, como postula Jessé de Souza (2017, p. 127), “a colonização da esfera pública pelo dinheiro evita aquele tipo de racionalidade que permite a união entre verdade e justiça”. Por fim, esses percursos e suportes histórico-político-sociais, pautados pela exploração de classe, que tangem à ascensão do fascismo, além do mais, são legitimados e acobertados pelo mito nacional, na definição de Marcia Tiburi (2017), constituído pela concepção do Brasil como um lugar em que não há conflitos históricos entre colonos e escravos, não há luta de classes, em que reverbera-se a instituição da felicidade generalizada do povo, através de um temperamento indiferente às transformações sociais estruturais na incapacidade de ação; em que ocorre a mistificação de uma miscigenação pacífica e harmoniosa e não pela violência sexual; e o paradigma, enfim, do “homem cordial”, que serve para tornar passivos os agentes ativos da História.

Com o respaldo desses fenômenos intrínsecos à superestrutura nacional em coordenação à ordenação da classe média como base social ratificadora dos interesses burgueses, a conjuntura política contemporânea é marcada pela trajetória da crise do capitalismo de 2008, com reflexos na eclosão das manifestações de 2013, à consagração do golpe jurídico-parlamentar de 2016 a então presidenta Dilma Rousseff e estabelecimento do governo ilegítimo de Michel Temer, que tem o seu desaguador, enfim, na insurgência da figura fascista do atual presidente eleito em 2018, sustentada, ainda, pela prisão e inelegibilidade do líder político Luiz Inácio Lula da Silva. Para a configuração desses processo, é primordial entender a desenvoltura do golpe alicerçada fundamentalmente na insígnia da marcha econômica de acumulação financeira e na investida capitalista da luta de classes contra as classes populares - em âmbito de emprego interdimensional da cartilha do ultraneoliberalismo pelas frações dominantes - demarcada pela burguesia nacional, em razão da destituição histórica de direitos trabalhistas expressos na CLT (Consolidação das Leis de Trabalho), terceirização como mecanismo de precarização da classe trabalhadora, privatização de estatais e serviços públicos, financeirização da previdência e corte de investimentos sociais, tais quais a saúde e a educação, inerente à Emenda Constitucional 95 do “Teto de Gastos”, em favor dos juros adquiridos pelo pagamento da dívida pública, como produto da sonegação de impostos dos grandes empresários, a quem um Estado devedor e não mais fiscal (como numa situação de política de bem-estar social) pede, contraditoriamente, empréstimos e não taxa suas grandes fortunas. Ainda, isso insere-se no processo de tomada de mercados, espoliação e controle de infraestrutura da burguesia internacional aos recursos nacionais, essencialmente os de caráter energéticos, expressa na entrega acordada de nossas riquezas, notória na política diplomática brasileira atual de completa submissão aos Estados Unidos; Ainda, a crise de legitimidade dos partidos burgueses tradicionais (PMDB, PSDB e DEM), concomitante aos processos de colapso político institucional, faz ascender a aposta das classes dominantes no partido artificial PSL, embasado pelo populismo extremo-direitista. Logo, é indispensável perceber, enfim, o Estado nacional, tal qual nos marcos marxistas, como comitê de negócios das burguesias.

Esses decursos são ordenados pela sacralização das pautas economicistas de superexploração em retirada de direitos sociais, em suposta urgência à superação de uma crise econômica hiperbolizada, que é articulada como subsídio da crise política das instituições democráticas. Nesse sentido, a aliança entre burguesia nacional e internacional utiliza-se de dois dispositivos concomitantes à demonização e destituição dos governos progressistas e à concessão do projeto ultraneoliberal na determinação política: inicialmente, à conclusão do golpe de 2016 e promoção de Temer, o direito e seu aparato jurídico-judicial, em consenso reacionário, designador de atributos autoritários em suas decisões anticonstitucionais ao respaldo das arbitrariedades legislativas; e o aparato das forças militares, inserido na constituição do atual governo, como contorno de autoridade às suas decisões autocráticas que, como demonstra o filósofo João Quartim de Moraes (2019, p. 46), “busca exercer efeito tutelar duplo: manter a esquerda na defensiva (com Lula na prisão) e estabilizar um regime de direita com o atual presidente extremista devidamente ‘aconselhado’”. Enfim, a base de legitimação e assimilação social desse empreendimento se dá pelos meios de comunicação de massa, que tem, no despontar da extrema-direita, as redes sociais digitais como espaço de liberalização das pautas reacionárias sem limitações normativas.

Em suma, a insurgência do fascismo à brasileira, com o respaldo dessas configurações histórico-políticas e sociais, encontra projeção, estruturação e concretização através do nostalgismo advindo da defesa da Ditadura Militar, em corroboração à uma visão mesocrática de estabelecimento da ordem e apagamento da realidade histórica de acirramento da obscena desigualdade social; de uma propaganda - nos termos fascistas mencionados de acobertamento de intenções através da utilização de valores prestigiados, como “Deus”, “pátria”, “decência” - massificada através dos instrumentos digitais, financiada pela fração preponderante do

¹⁸ ADORNO; HORKHEIMER, 1995 apud SOUZA, 2017, p. 123

aliciamento entre elite econômica nacional e internacional, com vinculações generalizadas de mentiras inseridas no princípio da irrealidade; da contra-vestida deliberada aos espaços de conhecimento; do ataque às minorias por uma normatização moral inserida no reacionarismo e nos dispositivos tradicionais à configuração de uma “nação”, através da abjeção aos nordestinos inferidos em sua “inferioridade” antagônica ao sul e sudeste, às mulheres que não se enquadram nos papéis de gênero e LGBTs que não se adequam ao conservadorismo - onde insere-se o princípio da ansiedade sexual - negros e negras que estão em luta antirracista, indígenas não convertidos ao cristianismo e insubmissos à perda de suas terras e enfim, indivíduos, partidos e coletivos de orientação política à esquerda - em que notabilizou-se constantes ameaças autoritaristas à extinção de uma oposição política – essas atribuições são sustentadas, ainda, por um dito “combate aos privilégios”, em claras demonstrações ao princípio da inversão; do apoio de expressivos líderes religiosos de igrejas neopentecostais como disseminadores da instrumentalização de princípios fundamentalistas em conjunção à condução política massificada à extrema-direita; da opugnação, como refere o cientista político Joachim Hirsch (2019), ao liberalismo social, à democracia e ao Estado de direito, “em tons autoritários, nacionalistas e racistas”, e que resguarda-se ao neoliberalismo e à ordem econômica dominante, como amparo de validação a um maior alcance da burguesia à facilidade de exploração, pela desagregação de empecilhos políticos institucionais e intento aniquilamento da expressividade popular. O substancial compêndio desse fenômeno arquitetado pelo poderio privado, com preponderantes impactos à democracia, à diversidade social, à pluralidade cultural, e, sobretudo, à classe trabalhadora, é justificado tal como assevera o marxista filósofo do direito Alysso Leandro Mascaro:

A organização da subjetividade pela libido repressora, típica nos períodos de crise estrutural capitalista como a que explodiu da crise de 1929 e a atual, decorrente de 2008, enseja por decorrência lideranças de tipo também repressor que, em vez de postularem uma ação política investida de libido amorosa (promessa de melhoria das condições de vida, cuidado, proteção), organizam e aglutinam as pulsões individuais e sociais mediante desejo de submissão à autoridade e sua força ameaçadora. Reclamos de segurança, ordem e unidade nacional se sobrepõem aos de emprego, bem-estar social e dignidade. Daí decorre, então, que as formas de ação política típicas do pós-fordismo neoliberal presente sejam, de algum modo, de populismo de direita.

(MASCARO, 2019, p. 31)

Ademais, muitos são os desafios de resistência antifascista, que se encontram nos termos da luta anticapitalista ao rompimento do poder da burguesia que, como dito, corresponde ao principal agente financiador e promovedor do empreendimento fascista - afinal, como infere Max Horkheimer¹⁹, quem não quer falar sobre o capitalismo deve se calar também sobre o fascismo. Como obstáculo à efetuação dessa luta, na perspectiva do fenômeno da pós-modernidade, em sua destituição epistemológica das perspectivas universais do conhecimento, observa-se a edificação de uma “sociedade civil” inserida na lógica de um pastiche de fragmentações e de “diferenças” que cria um pluralismo de identidades como afirmações vazias em si mesmas em seu sentido político, pela acepções de “vivências” como realidades particulares e separadas da concepção do conjunto das opressões. Nesse âmbito, tal como postula Ellen Wood (2011), as lutas de embate às opressões racistas, sexistas, homofóbicas, transfóbicas etc., primordiais aos marcos da justiça social, entretanto, em caráter extraeconômico, desviam-se do cerne totalizador do capitalismo em sua organização da sociedade, que se dá através da instituição do mercado, em sintonia às aplicações da propriedade privada, determinante da coerção social nos imperativos das atividades, valores e relações humanas, em dissoluta responsabilidade social por parte do Estado, que apenas reforça esse poder. Assim, através desse identitarismo, a questão de classe é colocada, também, como mera questão de identidade e não como fundadora da propulsão revolucionária, em que subtrai-se a concepção de causalidade histórica e eficácia política na percepção das estruturas que compõem a sociedade, inseridas no entendimento da força determinativa do capital à assimilação de sua conformação e assentamento da totalidade sistêmica - isso esvazia o sentido gramsciano de luta emancipatória da sociedade civil, em sua potencialidade. A filósofa de esquerda Nancy Fraser²⁰ relaciona essa situação, fomentadora do populismo de direita e da desarticulação da resistência antifascista e mascaradora da exploração social em fundamento cêntrico, a “uma espécie de aliança entre o capital financeiro e informático e os novos movimentos sociais” atribuída como “neoliberalismo progressista”, em que o capitalismo posa,

¹⁹ HORKHEIMER, 1939 apud HIRSCH, 2019, p. 87

²⁰ FRASER, 2018 apud HIRSCH, 2019, p. 87

sinteticamente, como emancipador. Ao rompimento dessa aliança, as opressões, portanto, devem ser entendidas em inserção a um sistema distinto da “dinâmica de acumulação e autoexpansão do capital”, na essência de suas determinações históricas e sociais das relações de exploração, coação e dominação, inerentes à perspectiva da luta de classes, em que torna-se necessário apreender a luta anticapitalista como eixo central à derrocada das diversas opressões sociais, pela construção de uma nova infraestrutura - nos termos marxistas - baseada na abolição da mais-valia e da propriedade privada à coletivização dos meios de produção. Enfim, essenciais como são cada pauta minoritária no combate ao fascismo, torna-se imprescindível, pela verdadeira emancipação, a defesa socialista das liberdades civis (ou direitos humanos), da diversidade e da diferença, introduzidas na perspectiva de independência ao capitalismo e da democracia formal em seu marco de igualdade juridicamente artificial, em que a questão de classe deve ser privilegiada como abarcadora de todas as outras questões.

Nesse sentido, em dissonância à lógica do identitarismo que cinde as perspectivas da luta anticapitalista e em razão de uma ação antagônica aos interesses da burguesia, uma das armas antifascistas mais poderosas são os sindicatos, estabelecidos na existência de uma cooperação interracial e inter-religiosa e de diferentes identidades de gênero e orientação sexual, embasada pela classe trabalhadora em solidariedade e laços mútuos em torno de objetivos em comum - em que estanca-se a política fascista hierárquica à validade de um forte antídoto às desigualdades econômico-sociais, que é onde o fascismo prospera. Assim, como entidade organizadora dos trabalhadores no horizonte da luta de classes, os imperativos de interrupção da produção capitalista na premissa do lucro, tais como as greves, as barricadas e ações diretas, são alicerces do empreendimento revolucionário em construção, no âmago das transformações socioeconômicas em questão. Em arrimo a isso, um projeto real de educação ao povo, em caráter crítico e não disciplinar-punitivo - em que Wilhelm Reich²¹ observa como a educação tradicional burguesa e sua disciplina repressiva formam indivíduos dóceis, recalçados, acrílicos e de fácil recrutação às fileiras fascistas, sob a autoridade de um “chefe” - permite uma contraconsciência aos axiomas da ideologia dominante, como meio revolucionário expresso em consciência de classe, inferida pela autorreferencialidade, autocompreensão e autodeterminação em consonância à apreensão das determinações histórico-sociais de estruturação e ordenação da realidade; assim, supera-se o princípio colonizador-colonizado da identidade, a conformação de uma esfera pública subordinada aos interesses do capital, o coronelismo intelectual - sustentador da monocultura de ideias consumadas através do autoritarismo (TIBURI, 2015) - e a estabilização das forças contrarrevolucionárias expressas na envergadura das instituições formais de falso consenso. Ainda, a criação artística e intelectual, tal como produção operativa, nos termos de Walter Benjamin²², como exigente trabalho cerebral contemplativo da realidade em viés de transformação social, tal qual reelaboração crítica do acervo histórico conformado à perspectiva ideológica dominante consagrado pelo academicismo, têm o papel de gerar representações e interpretações à autoconsciência humana, “em tarefa política de desfazer as distâncias entre representantes e representados”.

CONCLUSÃO

Em termos gerais, o fascismo configura-se como um artifício burguês, contido no seio da institucionalidade capitalista, que é devidamente ativado pelas classes dominantes em situações de crises econômica e política, em urgência de contingência dos mecanismos de superação da lógica sistêmica e que arquiteta-se como facilidade à dominação pelo seu caráter autoritário - em que o Estado é suprimido em sua potência, movido pelo medo da elite econômica da inserção da atuação progressista e democrática na condução estatal, no qual torna-se viável a ação popular na transformação da sociedade; fomenta-se, assim, vias repressivas e antipopulares que conduzem à tentação do fascismo, em que o sistema o reanima, enfim. Dessa forma, são coordenadas uma série de princípios político-sociais, pautados pelo conservadorismo e reacionarismo em caráter relacional, que estabelece a radicalização das cisões sociais, no âmbito de uma hierarquia inserida na lógica do tradicionalismo, à constituição de uma “nação” concebida pelo grave não reconhecimento da alteridade à marginalização de grupos sociais que não se enquadram em seus pressupostos classistas, hétero-cis-patriarcais, sexistas, racistas e chauvinistas - isso é embasado por um amplo ataque à ciência e à racionalidade, pelo aparato de distorção da realidade e pela noção de ordem desconfigurada aos imperativos da inclusão social. Nesses pressupostos, em reconfigurações a sua concepção clássica mas em aproveitamento de sua herança histórica, o fascismo se ergue, na contemporaneidade, pela radicalização do

²¹ REICH, 1972 apud KONDER, 2009, p. 142

²² BENJAMIN, 2017 apud FILHO, 2019, p. 152

neoliberalismo como alternativa da sua sustentação e outorga do capitalismo como uma realidade inata, assim como os valores conservadores imantados. Ainda, a base de sustentação do fascismo encontra-se na pequena burguesia, tal como formula um grande número de estudiosos do fenômeno, que, instrumentalizada pelo discurso dominante, se inscreve como guardiã dos interesses da alta burguesia. É através dessa base social que o fenômeno supracitado insere-se no Brasil, no arcabouço de heranças colonialistas, escravistas e anti-indigenistas, e que ergue-se pelo acirramento da investida burguesa da luta de classes nacional, pela destituição de governos progressistas, à rememoração de períodos históricos altamente autocratas, a que se investe numa crise institucional política, através dos dispositivos do direito, das forças armadas, da mídia hegemônica e da diplomacia, que deságua na ascensão de um governo de extrema-direita obscurantista, regressivo, autoritário, antipopular e antinacional - no qual a esses fins, utiliza-se, hipocritamente, de um aparente patriotismo à pretenso disfarce da destruição de direitos sociais e civis e perseguição política. Com a ascensão da extrema-direita em diversos países do mundo, torna-se necessário ter como horizonte a resistência antifascista tal qual uma luta anticapitalista que, em superação aos fenômenos ultraneoliberal, pós-moderno e conservador, conforma-se com a abolição da dominação burguesa expressa na propriedade privada e nas suas instituições de poder, em que se tenha apreço à constituição de uma democracia real, assim como, as liberdades civis e de expressão, abarcadas pelo contexto da validação da diversidade e da diferença. Assim, pela potência da classe trabalhadora como agente ativo central da História, é primordial a atuação das organizações sindicais respaldadas por uma educação crítica e uma arte e cultura transgressoras da ordem estabelecida, como fonte motriz da investida revolucionária de uma contraconsciência à primazia das transformações infraestruturais, em subseqüência, às superestruturais, em que ergue-se uma paridade social efetiva, como condição primeira do combate ao fascismo. Nessa perspectiva de enfrentamento, acresce-se a dialética de Sísifo²³, tal como compreende Carlos Rivera-Lugo (2019), como permanente e incessante movimento de negação sobre a negação, em afirmação ao irrompimento do novo, através da contradição cindida em tese e antítese - sendo essa o próprio socialismo - em uma “trincheira sem fim” a qual os retrocessos representam uma repotencialização aos ímpetus das transformações estruturais, em que revolução deve ser constantemente revolucionada, no alicerce da teoria confluyente à prática - como ligação do pensamento a uma realidade social concreta que o produziu em superação das teorias particularista da História - a fim de atingir uma consciência e sociedade, progressivamente, emancipadas em plenitude de liberdade e igualdade reais, desacorrentadas da exploração e opressão burguesas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. Sobre Sujeito e Objeto. In *Palavras e Sinais. Modelos Críticos 2*. Trad. de Maria Helena Ruschel; supervisão de Álvaro Valls. – Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1995. apud TIBURI, Marcia. **Como conversar com um fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2015.

ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. *Dialektik der Aufklärung*. Verlag: Fischer Taschenbuch, 1995. apud SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

BENJAMIN, Walter. Ensaio sobre Brecht. Trad. Claudia Abeling. São Paulo: Boitempo, 2017. apud FILHO, Lindberg S. Campos. Brecht, Benjamin e a questão do engajamento. In **Revista Margem Esquerda**, n. 32, p. 149 – 153. São Paulo: Boitempo, 2019

ELIAS, Norbert. *Über den Prozeß der Zivilisation: Soziogenetische und Psychogenetische Untersuchungen*. Frankfurt: Suhrkamp, 1976. Volumes I e II. apud SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

EVANS, Gavin. *The Unwelcome Revival of Race Science*. In *The Guardian*, n. 53.347 - Londres, 2018. apud STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**. 1ª ed. – Porto Alegre [RS]: L&PM, 2018.

²³ Referente ao mito grego, em que Sísifo foi condenado pelos deuses a erguer eternamente uma pedra ao topo de uma montanha e, em seguida, ao vê-la, irremediavelmente, rolar para baixo, teria que recomeçar sua façanha interminavelmente.

FILHO, Lindberg S. Campos. Brecht, Benjamin e a questão do engajamento. In **Revista Margem Esquerda**, n. 32, p. 149 – 153. São Paulo: Boitempo, 2019.

FRASER, Nancy. *From Progressive Neoliberalism to Trump – and Beyond*. Verso Books, Nova York, dec. 2017. Disponível em: < <https://www.versobooks.com/blogs/3512-from-progressive-neoliberalism-to-trump-and-beyond> >. Acesso em: 04 jul. 2019. apud HIRSCH, Joachim. “Crise da democracia – qual crise?”. In **Revista Margem Esquerda**, n. 32, p. 81– 88. São Paulo: Boitempo, 2019.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Rio de Janeiro: Record, 1990. apud SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

HABERMAS, Jürgen. *Strukturwandel der Öffentlichkeit*. Frankfurt: Suhrkamp, 1975. apud SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

HAUG, Wolfgang Fritz. *Der hilflose antifaschismus*. Frankfurt: Suhrkamp, 1967. apud KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. 2ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

HIRSCH, Joachim. “Crise da democracia – qual crise?”. In **Revista Margem Esquerda**, n. 32, p. 81– 88. São Paulo: Boitempo, 2019.

HORKHEIMER, Max. *Autorität und Familie*. Paris: ed. Alcan, 1936. apud KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. 2ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

HORKHEIMER, Max. *Eclipse of reason*. Eastford: Martino Fine Books, 2003. apud KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. 2ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

HORKHEIMER, Max (1939). *Die Juden und Europa*. Studies in Philosophy and Social Science, 8, caderno 1. Reimpressão pela Deutscher Taschenbuch Verlag, 1980. apud HIRSCH, Joachim. “Crise da democracia – qual crise?”. In **Revista Margem Esquerda**, n. 32, p. 81– 88. São Paulo: Boitempo, 2019.

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. 2ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LIPSET, Martin. *Der “Faschismus”, die Linke, die Rechte und die Mitte*. In *Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie*. Frankfurt: Springer VS, 1959. apud KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. 2ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MASCARO, Alysso Leandro. Dinâmica da crise e do golpe: de Temer a Bolsonaro. In **Revista Margem Esquerda**, n. 32, p. 25 – 33. São Paulo: Boitempo, 2019.

MORAES, João Quartim de. O fator militar do governo Bolsonaro. In: **Revista Margem Esquerda**, n. 32, p. 40 – 48. São Paulo: Boitempo, 2019.

NEUMANN, Franz. *Behemoth: The structure and practice of national Socialism*. Londres: Octagon Books, 1963. apud KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. 2ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

REICH, Wilhelm. *Massenpsychologie des Faschismus*. Frankfurt: ed. Junius, 1972. apud KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. 2ª ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2009.

RIVERA-LUGO, Carlos. A dialética de Sísifo: a trincheira sem fim da revolução latino-americana. In **Revista Margem Esquerda**, n. 32, p. 88 – 102. São Paulo: Boitempo, 2019.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**. 1ª ed. – Porto Alegre [RS]: L&PM, 2018.

TIBURI, Marcia. **Como conversar com um fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2015.

TODOROV, Tristan. A conquista da América: a questão do outro. Trad. Beatriz Perrone-Moisés. 3ª Edição. São Paulo: Cosacnaify, 2003. apud TIBURI, Marcia. **Como conversar com um fascista: reflexões sobre o cotidiano autoritário brasileiro**. 1ª ed. – Rio de Janeiro: Record, 2015.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**; tradução Paulo Cezar Castanheira – São Paulo: Boitempo, 2011. p. 205 – 243.